

A agenda da igualdade é a agenda das mulheres

» ALICIA BÁRCENA

Secretária-executiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal)

As mulheres da América Latina e do Caribe podem considerar o ano que termina com satisfação e esperança, graças aos compromissos assumidos por nossos países em matéria de igualdade de gênero.

Em duas importantes reuniões convocadas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), os governos assinaram os consensos de Montevideu e de Santo Domingo, que englobam acordos específicos direcionados a dotar as mulheres de maior autonomia física, econômica e política.

Os países latino-americanos e caribenhos participaram da Primeira Reunião da Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e do Caribe e da XII Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe (realizadas no Uruguai e na República Dominicana, respectivamente) depois de um longo e produtivo processo de estabelecimento do tema da igualdade no centro do debate regional.

Durante décadas, as mulheres de nossa região têm defendido, a partir dos movimentos sociais e dos mecanismos institucionais, uma ação efetiva do Estado para evitar a discriminação na sociedade. O fato de que a igualdade oriente hoje as agendas governamentais é um triunfo do qual podem, legitimamente, considerar-se protagonistas.

A XII Conferência Regional sobre a Mulher, que ocorreu em outubro, abordou,

principalmente, o lugar que as mulheres ocupam na economia digital, tema que se situa no centro da reflexão atual da Cepal.

Creemos que a América Latina e o Caribe devem realizar um processo de mudança estrutural, uma aposta por diversificar sua matriz produtiva, aplicando uma combinação de políticas industriais, econômicas, sociais, ambientais e do trabalho. Desde nossa perspectiva, isso permitirá à região crescer de forma sustentada, com responsabilidade ambiental e maior igualdade. A mudança estrutural que propomos passa, em grande medida, pela geração de conhecimento e pela incorporação de inovações no sistema produtivo e no conjunto da sociedade, tarefa na qual as tecnologias da informação e das comunicações (TICs) desempenham papel crucial.

Colocamos este debate na perspectiva de gênero, porque na economia digital as oportunidades não se distribuem de forma equitativa nem entre os países, nem entre as pessoas. Consideramos brechas de primeira e segunda geração, não somente de acesso a computadores e internet, mas, também, de habilidades e usos dessas tecnologias. Os dados mostram que as mulheres se beneficiam dos avanços da sociedade digital, mas com atraso em relação aos homens.

Considerando a média simples de 10 países, a taxa de uso da internet pelas mulheres é 8,5% inferior à dos homens. Uma política pública sensível a essa realidade deve reconhecer que a desigualdade de gênero na

economia digital ocorre principalmente no mundo do trabalho (tanto remunerado como não remunerado), pelo que são necessárias políticas que previnam a segregação no mercado de trabalho, evitem as brechas de renda e promovam uma justa divisão sexual do trabalho.

A lentidão com que se fecham as brechas no mercado de trabalho atua para a persistência de alguns obstáculos de acesso, entre eles, que as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pela mão de obra não remunerada e pelo cuidado nos domicílios. Mesmo assim, em nossa região, uma mulher com 13 anos e mais de estudo ganha 37% a menos que um homem na mesma condição.

Para a Cepal, igualdade é sinônimo de titularidade de direitos, cenário em que o Estado desempenha papel insubstituível para alcançar níveis mínimos de bem-estar sem faltar impulso nem recursos ao dinamismo econômico.

Os avanços progressivos registrados nos consensos das conferências regionais alertam para uma sistemática defesa da integridade e indivisibilidade dos direitos, da valorização do Estado, inclusive na contração de visões dominantes no passado recente, e da busca de uma nova equação entre o Estado, a sociedade, o mercado e a família. Trata-se de mudar as relações de poder para que as mulheres da América Latina e do Caribe possam desfrutar de seus direitos efetivamente.